

CAPÍTULO 8

PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS ARTICULADORES PARA FORMAÇÃO DE REDES INTERDISCIPLINARES MEDIADAS PELA METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma08>

Francine Cristina Martins

Judith Steinbach

SUMÁRIO

The background of the page is a photograph of a park with a large spiderweb overlaid on it. The spiderweb is white and extends across the entire page, creating a grid-like pattern. The park scene shows a grassy hillside under a cloudy sky, with a person standing in the foreground on the right side, looking towards the left. The overall color palette is warm, with shades of orange and yellow.



PROGRAMA EIXO ECOLÓGICO LESTE E ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PARQUES AMBIENTAIS – LINHA VERDE

O Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação da Rede de Parques Ambientais – Linha Verde inclui o Eixo Ecológico Leste um dos eixos viários estruturadores da cidade e uma rede de nove parques ambientais, dos quais sete foram entregues à sociedade anteriormente. Os três parques objetos do Programa de Educação Patrimonial para a Linha Verde – PEP-Linha Verde, caracterizam-se pela existência de estruturas arqueológicas, razão pela qual houve a necessidade de cumprir as recomendações da portaria n. 7/1988 e portaria n. 230/2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, como: levantamento arqueológico de campo, diagnóstico e avaliação de impactos, programa de prospecções, monitoramento e salvaguarda das coleções geradas e, finalmente, as ações de educação patrimonial, de comunicação museológica e divulgação das ações executadas, sobretudo, em conformidade com a lei n. 3.924/1961. Todos esses procedimentos tem em comum a preservação de sítios arqueológicos, ou de seus vestígios, não só do período pré-colonial, mas também sítios arqueológicos históricos. Importante destacar que questões preservacionistas perpassam os sítios arqueológicos e, portanto se procurou conceituar também os parques como espaços de preservação, pois no dizer de Bruno (2013:25) “as ações preservacionistas em sua singularidade e relevância são pertinentes à educação do olhar, à criação da consciência, à transformação da realidade e ao uso qualificado e democrático do patrimônio”.

A execução do PEP-Linha Verde se deu pela empresa OAP Consultores Associados, ganhadora do edital público de licitação em forma de Pregão Eletrônico, a qual contratou educadores e monitores para sua realização, constando da proposta de trabalho o Parque Morro Boa Vista, o Parque da Cidade e o Parque Porta do Mar.

As ações do PEP-Linha Verde foram subdivididas em 3 (três) grandes etapas:

- Palestras com as comunidades;
- Oficinas com os professores;
- Atendimento *in situ* ao ensino formal.

As palestras apresentadas nas três comunidades ofereceram aos familiares de alunos e demais pessoas que delas participaram, uma gama de conhecimen-

tos de maneira que pudessem, além de rever suas memórias, dialogar com seus patrimônios, formar um olhar atento às paisagens e espaços de vivência e compreender o que seus filhos vivenciariam na visita ao parque.

As oficinas para os professores foram preparadas de maneira que esses pudessem exercitar o domínio sobre a metodologia da Educação Patrimonial. A partir da análise de diversos artefatos apresentados, os docentes puderam formar um repertório de ideias, informações e possibilidades a serem organizadas interdisciplinarmente com estudantes do ensino formal. A apropriação das temáticas preparou os educandos quando da visita ao parque, assim como foram possíveis de serem retomados após essa visita, adequados ao contexto do ensino formal.

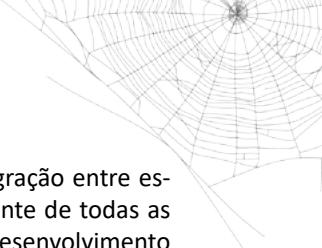
Neste capítulo será apresentada somente a ação educativa prevista para o ensino formal, ficando as oficinas para os professores e palestras para as comunidades para um próximo artigo.

O Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação da Rede de Parques Ambientais – Linha Verde, implementou ações e intervenções visando a geração de condições para consolidação de um desenvolvimento em bases sustentadas. Isto se torna possível através da criação de opções de lazer, recreação, preservação e recuperação ambiental e reabilitação social, através do aproveitamento do potencial natural da região (TDR, 2002).

Entendemos que os espaços públicos como praças e parques, não possuem mais, na atualidade, o caráter de antigamente. No passado, esses locais eram vivenciados como espaços de sociabilidades, oferecendo opções de lazer e de encontros entre amigos, pessoas de diversas idades e famílias. Atualmente tornaram-se lugares apenas de passagem, quando não de mendicância ou para a prática de atos ilícitos como tráfico de drogas, pichação e destruição de equipamentos recreativos, ou seja, “sem representatividade de convívio social para a maioria das pessoas que passam por ela, e conseqüentemente pelo descaso do poder público em reativá-la como sendo espaços de lazer, diversão, datas festivas, dentre outras conotações” (YOKOO, 2009). Temos então o Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação da Rede de Parques Ambientais – Linha Verde, como uma ação que possibilita contribuir com a reversão desse quadro. Sabemos que para tanto, não basta um projeto educativo isolado, mas sim, trabalhos em rede envolvendo escolas, museus, associações de moradores, órgãos de turismo e outros.

Quando falamos em “desenvolvimento em bases sustentadas” tomamos o conceito de (Chaves, 2006, p. 105) para a qual

A proposta de desenvolvimento sustentável abrange, ao mesmo tempo, aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos,



tecnológicos e ecológicos, buscando uma integração entre estes vários fatores. O que se pode perceber diante de todas as abordagens quanto à noção, conceituação de desenvolvimento sustentável, o que se coloca em evidência é um processo de construção, onde as várias correntes de pensamento do conhecimento científico estão sendo convocadas para discutir e estabelecer critérios, que orientem as ações de desenvolvimento social e econômico numa perspectiva de simbiose com a natureza.

Apesar das intervenções estruturais e arquitetônicas os três parques apresentam características bastante distintas entre si e uma das metas que se buscou no decorrer da ação educativa, foi justamente mostrar aos educandos as possibilidades de ocupação de cada parque.

O Parque Morro Boa Vista está inserido no Morro Boa Vista, enquadrado como Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE. Até março de 2003, data de criação da ARIE, houve intensa ocupação da encosta leste do morro, o que divide o parque em áreas públicas e áreas privadas. Dentro da área pública do parque, além da exuberante vegetação e uma diversidade de animais silvestres, pode-se usufruir do Parque Zoobotânico, do mirante instalado no cume do morro de 229 metros de altitude e de diversas trilhas suspensas que permitem a visualização de municípios da região leste e de parte da região central e oeste do município de Joinville. No caminho de acesso ao topo do morro existem estruturas remanescentes da primeira adutora que abastecia a cidade com água encanada desde 1901 e antigas moradias demonstram ocupações que remontam aos séculos passados, as quais certamente estavam ligadas à extração de madeira. O Morro Boa Vista está localizado entre o Bairro Boa Vista e o centro da cidade, por onde se dá o seu acesso.

O Parque da Cidade se localiza no bairro Guanabara em uma área que situa complexo sistema viário, na confluência dos rios Cachoeira e Bucarein. Duas pontes favorecem o deslocamento do tráfego do Bairro Guanabara e demais bairros da região sudeste ao Bairro Boa Vista e ao centro e demais regiões do município. Dentre as estruturas arqueológicas destaca-se o Sambaqui Morro do Ouro, objeto de diversas pesquisas e cujas coleções estão sob guarda do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ. Coleções esqueléticas já foram objetos de diversas pesquisas gerando importantes trabalhos sobre a população sambaquiiana. Até meados do século XIX, o entorno era importante área portuária com entrada de barcas para transporte de pessoas e mercadorias, sendo também considerada área de potencial arqueológico e relevante interesse histórico. É possível ainda observar partes da estrada de ferro que ligavam os diversos cais de embarque e outros pontos da cidade.

O Parque Porta do Mar está localizado Bairro Espinheiros no ponto extremo da Ilha dos Espinheiros às margens da Lagoa do Saguaçu. Inúmeros sambaquis são encontrados em sua área de abrangência. No início do século passado a região era habitada por populações pesqueiras que circulavam pela Baía da Babitona e a Ilha do Morro do Amaral, somente acessando o centro de Joinville de barco através da lagoa do Saguaçu. Com a estruturação do parque um trapiche foi implantado para receber pequenas embarcações e estimular a pesca de arremesso e esportes náuticos. Estas regiões lagunares guardam ainda na memória um patrimônio imaterial representado pela Dança de São Gonçalo, Festa de Nossa Senhora de Navegantes, conhecimentos sobre a confecção de redes e o domínio da pesca, dentre outros.

As mudanças que se processaram nos locais em análise, incluem além dos processos antrópicos, também os processos ecológicos e biológicos, numa constante mutação da paisagem, que, conforme Santos (2006) é constituída de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. Ela se configura como a relação entre os seres humanos e o meio tornando-se uma herança de sucessivas ocupações humanas de um dado território. A partir da paisagem é possível inferir as etapas do passado numa perspectiva de conjunto.

O PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho para o PEP-Linha Verde, procurou respeitar as determinações contidas no Termo de Referência – TDR, no entanto, em diversas situações o TDR ficou incompatível com a realidade, como por exemplo, no que se referia às ações conjuntas com a Secretaria de Educação, isto porque muitas delas deveriam ter sido planejadas no ano anterior à aplicação do plano. Apesar das dificuldades encontradas e que exigiram reuniões constantes com a Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IPPUJ), o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) e a OAP Consultores e Associados para redimensionar ações, rever lugares e definir novos atores, os objetivos estabelecidos foram contemplados. Para o ensino formal constavam como objetivos: apresentar ao público de educação formal, a partir da cultura material, aspectos históricos das primeiras ocupações da região de Joinville; discutir as relações da sociedade com os ecossistemas ao longo do tempo; discutir aspectos teórico-metodológicos da Arqueologia; comunicar sobre os empreendimentos Porta do Mar, Parque Morro Boa Vista e Parque da Cidade; conhecer a diversidade de patrimônios que compõe a cidade de Joinville.

Uma ação educativa tão ampla se fez necessária por tratar, não só das áreas afetadas, mas do contexto de todo o município onde “evidências arqueológicas pré-coloniais remetem a uma faixa temporal de até 6.000 anos, com o registro de antigos e variados tipos de assentamentos indígenas e, mais recentemente, com sítios arqueológicos associados à colonização Ibérica e demais processos históricos ocorridos a partir do século XVI” (OAP, 2016). Todas essas ocupações remetem à necessidade de abordar também “os diferentes contextos paisagístico-ambientais, histórico-culturais e socioeconômicos relacionados à sua ocorrência.” (OAP, *op. cit.*).

As ações educativas quando associadas à arqueologia, seja em trabalhos de monitoramento, prospecção ou escavação têm como objetivo a socialização do patrimônio cultural e do conhecimento produzido a respeito. Desta maneira visam contribuir com a sua preservação bem como de apropriá-lo para a compreensão dos processos históricos, de formação e reconhecimentos das identidades e da formação de cidadania (TDR, 2002).

A preservação do patrimônio cultural, sob a proteção formal dos órgãos públicos, exigiu o desenvolvimento de uma estratégia que garantisse a proteção, o conhecimento e a apropriação dos bens pela população.

Essa estratégia tem início de forma conceitual e teórica a partir de 1984, quando Maria de Lourdes Parreiras Horta trás da Inglaterra ao Museu Imperial de Petrópolis a metodologia da Educação Patrimonial. Educação em museus é algo intrínseco a eles e Trigueiros (1958) já estabelecera modelos de atividades numa clara demonstração de que a educação se fazia presente. Ainda que iniciada em museus, esses considerados “de caráter essencialmente pedagógico” (ANDRADE, 2012, p. 279), em 1996 a metodologia é divulgada através do Guia Básico de Educação Patrimonial no qual é aprofundada e estendida a outras tipologias de patrimônio, consagrados ou de reconhecimento pleno de grupos sociais. Conforme as autoras a educação patrimonial pode ser utilizada em

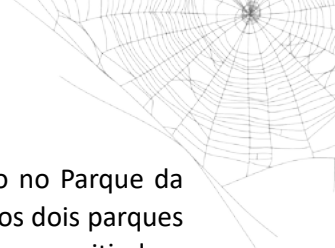
[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Portanto, sempre atendendo os requisitos da Educação Patrimonial, cujo Guia foi reeditado pelo Iphan em 2007, como Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial e considerando as necessidades educativas dos novos contextos sociais que surgiram a nível mundial e se fazem presentes igualmente em nosso município. Desta forma, abrangiam: a necessidade da preservação do meio ambiente, a intensificação da densidade demográfica das cidades, a onipresença da tecnologia da informação (TI), a valorização do patrimônio cultural material e imaterial, as novas formas de produção e mercado, a presença da pluralidade de gênero e cultura humana, que se dividem em uma infinidade de aspectos, cada qual com suas especificidades, geram demandas que devem ser assumidas nos processos de ensino e aprendizagem. Assim, procurou-se trazer para os grupos de estudantes atendidos no PEP-Linha Verde uma variedade de temáticas, sempre entendendo que o patrimônio cultural não é necessariamente o patrimônio coletivo, oficial, sacralizado pelo estado, mas sim, tudo o que a população entende, mesmo que individualmente, como herança ou construção representativa.

É importante destacar que o Plano de Trabalho para o PEP-Linha Verde (2016) tomou como referência trabalhos já realizados pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ, que há mais de 40 anos atua priorizando o envolvimento direto da sociedade nas discussões sobre a preservação do patrimônio cultural de Joinville. Podemos afirmar e confirmar que a mobilização da sociedade é fundamental para que haja ressonância “que é a possibilidade de um objeto do patrimônio extrapolar suas fronteiras formais, intercambiando múltiplas experiências com seus espectadores e interlocutores”, conforme nos alerta Souza (2013).

O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL LINHA VERDE

Diante das singularidades de cada parque, o coletivo organizador do Plano de Trabalho, avaliou diversas possibilidades de atendimento. Observou-se que para desenvolver um plano mais amplo, que contivesse os diversos enfoques que o TDR propunha, não seria possível atingir todos os objetivos, nos Parques Morro Boa Vista e Porta do Mar. O primeiro exige uma caminhada de mais de trezentos metros de subida e o acesso ao mirante exigiria uma série de cuidados específicos de segurança. O segundo oferece poucos atrativos imediatos e próximos. Seria impossível vencer o tempo de quatro horas se houvesse uma parada no sambaqui mais próximo. Não havia disponibilidade nesses dois parques para palestras e projeção de imagens.



Diante dessas condições, o PEP-Linha Verde foi realizado no Parque da Cidade, o qual, além da localização estratégica em relação aos outros dois parques oferecia diversidade de opções que caracterizam um parque urbano, permitindo o uso da sede da associação de moradores do bairro, que favoreceu um atendimento com mais qualidade aos estudantes, bem como a apresentação de projeções. Além disso, a diversidade de ambientes efetivamente culturais permitiu atividades educativas multidisciplinares contribuindo para a compreensão dos processos humanos de intervenção no ambiente, bem como, estimulando a integração das disciplinas no ensino formal.

O TDR determinava que a visita ao Parque da Cidade deveria contemplar 1050 estudantes de 8º ano e 9º ano de escolas públicas localizadas nas áreas de abrangência dos três parques elencados. Desse modo, privilegiou-se as escolas municipais, porém, devido à proximidade com o parque foram também inseridos o 8º e 9º ano da E. E. B. Governador Jorge Lacerda, da rede estadual.

As escolas da rede municipal de ensino foram selecionadas pela proximidade com os respectivos parques: E. M. Prof. Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira, E. M. Doutor José Antônio Navarro Lins e E. M. Profa. Maria Regina Leal relacionados ao Parque Porta do Mar (8 turmas); E. M. Prefeito Max Colin, E. M. Presidente Castelo Branco e E. M. Prof. Edgar Monteiro Castanheira relacionadas ao Parque Morro Boa Vista (7 turmas); E. M. Profa. Ana Maria Harger e a E. E. B. Governador Jorge Lacerda, essa última da rede estadual de ensino, relacionadas ao Parque da Cidade (10 turmas). Foram atendidas 15 turmas de 8º ano e 10 turmas do 9º ano.

Todas as ações tiveram como fio condutor a Trilha Interpretativa, metodologia absorvida das propostas de Educação Ambiental.

Uma trilha é considerada interpretativa, quando seus recursos levam o visitante à observação e reflexão dos eventos encontrados ao longo do percurso, utilizando folhetos, painéis ou acompanhados por guias especializados. Tem o propósito de desenvolver nos usuários um novo campo de percepções, levando-os a descobrir um mundo ainda não conhecido (VASCONCELLOS, 1998, *apud* ASSOCIAÇÃO DE TURISMO ECORURAL).

Iniciando a atividade os estudantes foram recepcionados e reunidos em um círculo na “Praça das Nações” local próximo ao desembarque. Após a apresentação da equipe de educadores e monitores, de conceituar o que é um parque urbano e de explicar a metodologia de trabalho, os estudantes receberam uma pran-

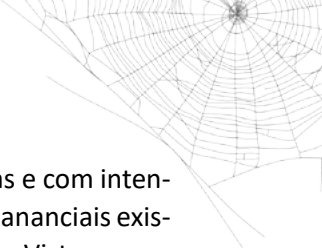
cheta com o formulário de observação e iniciamos com a dinâmica do “telefone sem fio” visando facilitar a compreensão da importância de metodologias para a preservação da memória e dos bens culturais. Ao serem provocados a pensar na sua infância e lembrar algum fato marcante, agradável ou mesmo desagradável, pode-se perceber um momento de introspecção, que houve nos jovens essa busca na memória, mas que pela falta do exercício do lembrar não quiseram se expressar. Alguns lembraram fatos relacionados ao parque da cidade. Os educadores e professores também expressaram suas memórias e nesse momento tornou-se a própria ação educativa como um fato que ficará na memória de todos, sendo mais intensa para alguns e menos importantes para outros.

Sempre orientando sobre a observação do ambiente, como o palco circular propício a apresentações culturais de teatro, dança ou música, o sambaqui Morro do Ouro, os equipamentos de lazer, o trânsito e as áreas verdes, iniciou-se a caminhada pela trilha.

Divididos em grupos foram orientados a trocarem suas percepções entre os colegas no momento de preencher o formulário Roteiro de Visitação por entendermos que a verbalização e a troca de ideias também contribui para o registro da memória. De forma muito ampla pode-se afirmar que a Educação Patrimonial tem o papel de provocar os sentidos e instigar os educandos a um novo pensar. Nesse sentido, Vigostki (2001) salienta que a interpretação que damos ao mundo se dá a partir de experiências propiciadas pela interação com o seu meio ambiente físico e cultural, sempre mediado pelo outro. Freire (2004), ao dizer que a educação se dá na relação entre os sujeitos, reafirma essa concepção no processo de aprendizagem. O trabalho coletivo tem um caráter de cooperação entre os estudantes tendo em vista que a proposta prevê o diálogo, ou seja, a troca de conhecimentos e experiências.

Segundo a metodologia da Educação Patrimonial, a primeira etapa refere-se à observação do objeto realizada durante todo o percurso, com exercícios de percepção das diferentes paisagens que compõe o parque, da função do parque como um todo e do seu significado social. As apresentações foram enriquecidas com os conceitos necessários à compreensão do conjunto de bens que se fazem presentes, bem como, das problemáticas que permeiam o espaço, como por exemplo, a existência de outdoors na área de mata em recuperação, a deposição de lixo por todo o percurso, a destruição dos equipamentos de recreação e a pichação.

Apesar da dificuldade em se conceituar os parques urbanos, em razão da sua variedade, entende-se que a densidade demográfica leva as cidades à verticalização restringindo os locais de lazer da população aos pequenos espaços dentro dos condomínios; os parques, em muitos casos, são criados para suprir essa falta de



espaços verdes tendo também o papel de manter áreas mais arejadas e com intensa insolação. Muitos são projetados com finalidade de preservar os mananciais existentes e áreas de mata atlântica, como no caso do Parque Morro Boa Vista; a conservação dos manguezais e da própria Lagoa de Saguazu no caso do Parque Porta do Mar. No Parque da Cidade, além de se destacar como estruturador do sistema viário destaca-se a preservação do sítio arqueológico Sambaqui Morro do Ouro e um processo de recuperação de área degradada nas margens dos rios Cachoeira e Bucarein, visando restabelecer o ecossistema de manguezal. De modo geral, no entanto, todos tem uma função social, de lazer e contemplação.

A frase “A Ponte do Trabalhador deveria se chamar Ponte da Integração”, utilizada na dinâmica do telefone sem fio, trouxe à tona o histórico da sua construção, a qual foi necessária para facilitar o acesso da grande massa trabalhadora que habitava o bairro Itaum¹ ao Bairro Boa Vista, mas que também trazia em si uma conotação econômica, pois diminuindo o percurso do transporte coletivo as empresas de transporte urbano auferiam de maior lucratividade. Trazer aos estudantes esse tipo de reflexão estimulou os mesmos ao raciocínio crítico sobre as realidades observadas.

Durante o percurso houve orientação para que fizessem a leitura das placas comunicativas desde o mapa tátil, que alguns alunos desconheciam até as informações sobre o sambaqui. Assim, ao alcançarem o mirante sobre o Sambaqui Morro do Ouro, primeira parada da trilha, os estudantes já dispunham de esclarecimentos sobre o objeto arqueológico. Além destas informações, muitos estudantes recordaram que estudaram os sambaquis na 3ª e 5ª série, alguns visitaram o MASJ e outros residem próximos a esses sítios arqueológicos. A temática do patrimônio arqueológico, no caso desses parques, contemplou principalmente os sambaquis, porém, esta discussão oportunizou desdobramentos para outros temas vinculados, como arqueologia histórica e a diversidade de patrimônios, memória, identidade e suas alteridades, breve histórico de constituição do patrimônio cultural e, efetivamente, as questões preservacionistas. Do mirante do sambaqui os estudantes puderam conhecer o percurso do Rio Itaum que deságua no Rio Cachoeira, somente observando a mata ciliar; puderam identificar a região do Bairro Espinheiros e o Morro Boa Vista onde se localizam os demais parques; reconhecer a região central da cidade e identificar edificações como escolas ou a igreja que frequentam.

A passagem sob a Ponte do Trabalhador, que instigou a frase para a dinâmica inicial, ofereceu aos estudantes a observação do Rio Cachoeira, visto coti-

1 O Bairro Itaum ao longo dos anos foi subdividido em diversos bairros, como: Bairro Guanabara, Bairro Jarivatuba, Bairro João Costa e outros da região sudeste)

dianamente no centro da cidade onde se observa mais intensamente sua poluição. Puderam observar toda a vegetação de manguezal e a importância da mata ciliar, bem como, o movimento das marés e a importância dos biomas. A escolha desse lugar para construção do local de moradia pelos sambaquianos ficou evidente quando destacaram a alimentação dessa população, que incluía peixes, moluscos e animais silvestres os quais frequentam esses ecossistemas para seu autossustento.

A segunda parada da trilha foi nos fundos da sede da Associação de Moradores, nas imediações das quadras de esporte onde deveriam observar a interação/ação antrópica no local. Foi realizada uma atividade de sensibilização onde, com os olhos vendados e em silêncio, os estudantes foram estimulados a perceber sons e sensações do local e a partir da experiência relataram sua vivência, momento em que puderam elaborar criticamente o que sentiram. A poluição sonora foi o fio condutor para retomarmos o conceito de parque urbano e compreender as diferenças entre áreas rurais e urbanas e a condição dos animais que habitam esses locais.

Ao longo de todo o percurso os alunos puderam notar problemas relacionados ao descarte de lixo em locais inapropriados, pichações, equipamentos quebrados, entre outros problemas. Na terceira parada, entre as quadras de esportes e a pista de *skate*, com a dinâmica do “nó humano” foram debatidas questões de vandalismo presentes no parque. A necessidade de esforços conjuntos para sensibilizar os usuários dos parques sobre a sua preservação, assim como foi necessário um esforço conjunto para “desatar” o nó formado entre os estudantes, sem que soltassem as mãos, foi a conclusão após serem estimulados à reflexão. Importante observar, que os estudantes compreendem que somente a pichação é um ato ilícito, diferente do grafite já integrado como arte de rua e, portanto, aceito como meio de expressão lícito. Esse debate despertou bastante interesse pelos estudantes o que demonstra que é tema debatido no ensino formal, porém percebeu-se que não há uma contextualização histórica e nem se faz a crítica. Os estudantes não conseguiram compreender a pichação como uma forma de manifestação política de insatisfação da sociedade, mas sim, interpretaram como um estado de “raiva” de algumas pessoas, ou seja, também uma insatisfação que não consegue ser expressa em palavras, mas se faz através de atos ilícitos, como a pichação ou a destruição das coisas públicas, ou no espaço público.

Quanto aos registros, esses foram realizados durante toda a visita com o auxílio de um formulário denominado Roteiro de Visitação, o qual foi respondido em etapas à medida que se caminhava para a próxima parada. Nesta etapa de registro os estudantes foram auxiliados pelos educadores e monitores, porém, percebeu-se que houve insegurança do público escolar em emitir sua opinião, principalmente quando escrita, pois, diferente do ambiente escolar onde ele sabe o que deve



responder, esse era um cenário novo, diferente de seu cotidiano e com temáticas interdisciplinares (OAP, 2016).

A etapa da exploração consolidou-se na apresentação das imagens, apresentadas na sede da Associação de Moradores do Bairro Guanabara, momento em que todos os temas abordados durante o percurso foram retomados, algumas informações foram reiteradas e acrescentadas e os estudantes foram questionados sobre as suas observações inclusive sobre as possíveis transformações ocorridas após a criação do Parque. Os debates sobre patrimônio imaterial (os saberes, ofícios, habilidades, crenças, festas etc.), a partir do decreto n. 3.551/2000 do Iphan, e a consolidação da ideia do inventário (INRC) e de Referências Culturais que tratam da atribuição de sentidos e valores pela sociedade, perpassaram por todos os debates.

A apropriação foi parcialmente demonstrada nas duas últimas questões do questionário. No entanto, compreendemos que a ampliação desta apropriação se dará através de um processo de médio e longo prazo, por exemplo, com o retorno dos estudantes ao parque em outros momentos, quando seu objetivo será apenas o lazer ou a prática de esportes. Conforme o Guia de Educação Patrimonial a apropriação “demanda uma releitura do objeto” [...] onde o estudante “se sinta afetivamente envolvido com ele”. Também esta etapa deveria ser consolidada com atividades a serem propostas pelas escolas através de uma educação patrimonial sistemática (OAP, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atender alunos de 8º e 9º anos exige dos educadores o conhecimento e a compreensão dos aspectos psicológicos desse estágio de vida. “O adolescente vive no seu mundo interior” o que “dá impressão de apatia” (ALDEIA, 2016), estando em busca do conhecimento de si mesmo e, por ser ainda imaturo, necessita do grupo para se afirmar. É comum que demonstrem, principalmente nos pequenos grupos, atitudes de hostilidade em relação às normas que são necessárias para a boa execução de atividades. Nesse estágio, também é comum sobressair dificuldades afetivas geradas em suas famílias, que podem gerar crises de agressividade ou de aparente indiferença ao tema, que devem ser compreendidas, esclarecidas e orientadas.

Por outro lado, trazer estudantes habituados à sala de aula, onde o foco de atenção está no quadro de giz, no professor ou no livro didático e quatro paredes obrigam a focar esses pontos, qualquer atividade ao ar livre exige que o educador torne atraente e instigante o assunto para atrair a atenção do estudante. No par-

que, muitos sons atraem a atenção, muitos movimento atraem o olhar e consequentemente a concentração no tema em debate se torna bastante difícil. Nesse caso, a hostilidade em relação à aceitação do trabalho se torna mais latente.

Apesar das dificuldades, podemos concluir que além de todas as vivências, houve também um exercício de autonomia e muitos jovens puderam se sentir protagonistas nessa experiência educativa, tendo em vista que durante todo o projeto os educandos foram estimulados a se interessarem pelo mundo externo à escola, ou seja, a perceberem que as temáticas do currículo escolar não são algo isolado externo ao sujeito, mas sim, que se relacionam com a sociedade, com as pessoas e com o lugar onde vivem e interagem.

REFERENCIAS

ALDEIA. Disponível em: <http://educacao.aaldeia.net/psicologia-adolescencia/>. Acesso em: 9/12/2016.

ANDRADE, M. de. **Revista do Iphan**, n. 30, Brasília: 2012.

_____. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 30, p. 271-287, 2002.

BRASIL. Lei n. 3.924 de 26 de junho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jul. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 9/12/2016.

_____. Decreto n. 3.551, de 2 de outubro de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 9/12/2016.

BRUNO, M. C. 2013. **As futuras gerações têm direito a herança arqueológica?** In: Educação Patrimonial e arqueologia pública: experiências e desafios. MACHADO, G., SOUZA, F.C.A e STEINBACH, J. (orgs). Itajaí, Casa Aberta Editora.

CHAVES, M. do P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. **Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo**. INTERAÇÕES Revista Internacional de

Desenvolvimento Local. v. 8, n. 13, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a11v8n13.pdf>. Acesso em: 4/06/2016

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anca/MST, 2004.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan, 2007.

HORTA, M. de L. P.; MONTEIRO, A. Q.; GRUMBERG, E. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

IPHAN n. 7, de 1 de dezembro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 dez., 1988.

_____. Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n. 244, 18 dez., 2002.

_____. **Educação Patrimonial – histórico, conceitos e processos**. Iphan. Brasília: 2014.

OAP CONSULTORES ASSOCIADOS. Eixo Ecológico Leste e Estruturação da Rede de Parques Ambientais – Linha Verde (Fonplata). Programa de Educação Patrimonial e Divulgação das Ações Executadas nos Parques da Cidade, Morro da Boa Vista e Porta do Mar. (Relatório Final). Joinville, jun. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Especificações para contratação de serviços de auditoria pública independente (exercício 2012), para o “Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação da Rede de Parques Ambientais – Linha Verde” (Fonplata). Termo de Referência, IPPUJ: Joinville, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

SOUZA, F. C. A. 2013. **Educação patrimonial e arqueologia pública: a importância do registro oral para a preservação do patrimônio**. In: Educação Patrimonial e arqueologia pública: experiências e desafios. MACHADO, G., SOUZA, F. C. A. e STEINBACH, J. (orgs). Itajaí, Casa Aberta Editora.

TRIGUEIROS, F. dos S. **Museu e educação**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.

VASCONCELLOS, J. M. O. **Avaliação da visitação pública e da eficiência de diferentes tipos de Trilhas Interpretativas do Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva Natural Salto Morato, PR**. 1998. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

_____. Trilhas interpretativas como instrumento de educação. *In: Curso – Planejamento de Unidades de Conservação*. Santa Teresa-ES. 1998. *In: Associação de Turismo Ecorural*. Apostila: Projeto Conhecendo para Ensinar. 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YOKOO, S. C.; CHIES, C. **O papel das praças públicas: estudo de caso da Praça Raposo Tavares na cidade de Maringá**. 4º encontro de produção científica e tecnológica. Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: 2009. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/12_YOKOO_CHIES.pdf. Acesso em: 6/12/2016.